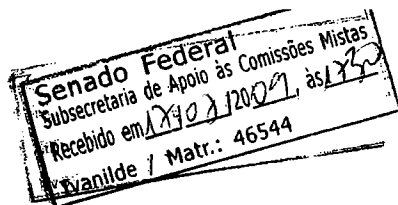




CONGRESSO NACIONAL



MPV-458

00095

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 17/02/2009	proposição <b>Medida Provisória n.º 458 de 2009</b>
--------------------	--

Autor <b>Dep. Moreira Mendes</b>	n.º do prontuário 049
-------------------------------------	--------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. () Aditiva	5. Substitutivo global
---------------------------------------	-----------------	--	---------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altere-se o § 1º do art. 11 da MP n.º 458, de 2009.

**“§ 1º A alienação se fará por preço mínimo compatível com os valores de mercado da terra nua, à época da ocupação, por micro região geográfica e o prazo de pagamento será fixado considerando-se a capacidade laboral e econômica do beneficiário, o provável retorno com a exploração do imóvel, além dos fatores de sua localização e dimensão e potencialidade do solo.”**

## JUSTIFICATIVA

Existe diferença entre Projeto de Reforma Agrária e Projeto de Regularização Fundiária. No primeiro, a área quase sempre é objeto de desapropriação e o ocupante, em geral é assentado pelo INCRA, enquanto no segundo, a área é arrecadada mas a ocupação já existia de forma espontânea antes de sua arrecadação.

Os ocupantes de terras da União, quase sempre são os responsáveis pela abertura de estradas que deu acesso a seus lotes sem receber quaisquer ajudas do governo, não sendo justo pagar pela terra nua o mesmo preço que é pago pelo assentado em projetos de Reforma Agrária, que recebem a infra estrutura e o apoio financeiro do governo.

Por essa razão, com relação ao preço, entende-se que os ocupantes de terras de regularização fundiária devam receber um tratamento diferenciado em relação aos beneficiários da reforma agrária, devendo o Valor da Terra Nua – VTN ser apurado em função do mercado, porém, o vigente à época da ocupação.

Em vista do exposto pede-se o apoio dos pares na aprovação da presente emenda.

Sala das sessões, 17 de fevereiro de 2009.

  
Deputado Moreira Mendes  
(PPS/RO)

